



Processo nº 01450.000715/2010 -15

Assunto: Registro da Festa do Divino Espírito Santo de Pirenópolis – Goiás

PARECER

1. RELATÓRIO

O presente pedido de registro da Festa do Divino Espírito Santo de Pirenópolis GO como patrimônio cultural brasileiro foi encaminhado pelos Imperadores do Divino de 1970-2009 (série quase completa), pelo Instituto Cultural “Cavalhadas de Pirenópolis”, pelo Prefeito Municipal e pela Irmandade do Santíssimo Sacramento, com apoio da AGEPEL-Agência Goiana de Cultura “Pedro Ludovico” e da Câmara Municipal de Pirenópolis.

A instrução técnica, iniciada em 2007, comportou a execução de uma pesquisa de campo (2008) e bibliográfica, sob responsabilidade de Restarq – Restauração, Arquitetura e Arte Ltda., coordenada pela antropóloga Marina A.M.de Macedo Soares e que resultou num *Dossiê Descritivo* de 125 páginas, com texto competente, boa ilustração e bibliografia adequada. A documentação audiovisual foi realizada por Set Filmagens.

O material que instruiu o processo (relatórios do INRC, DVDs de fotos digitalizadas, programas das festas entre 1991-2007, cartazes, vídeos, autorizações do uso de imagem, um livro sobre a Festa, um catálogo de exposição com texto de síntese e duas dissertações de Mestrado) encontra-se listado às fls. 157/158. A instrução incluiu audiência da comunidade. A 14ª. SR/IPHAN esteve sempre presente, assim como a supervisão do DPI/IPHAN (com o acompanhamento da Câmara do Patrimônio Material).

O bem elaborado Parecer Técnico de Ana Cláudia Lima e Alves, de 27.10.2009 (fls. 154 a 172) conclui pela procedência do pedido. Parecer do Procurador Chefe da PF/IPHAN, Antônio Fernando Leal Neri (fls. 178 a 194), datado de 12.03.2010, reconhece a legalidade do pedido e a observância de todas as normas processuais pertinentes.

Está assim o processo em condições de ser submetido ao Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural, para decisão.

É o que cumpria relatar.

2. ANÁLISE DE MÉRITO DO PEDIDO DE REGISTRO

A) FESTAS: RELEVÂNCIA HISTÓRICO-CULTURAL

Faz pouco mais de duas décadas, apenas, que o tema das festas passou a despertar a atenção como objeto cultural de pesquisa histórica ou sociológica. A meu ver, duas razões explicam essa marginalização. Antes de mais nada, contavam os compromissos assumidos pelos pesquisadores com macro-questões, como produção, organização do trabalho, estruturas e relações sociais, que pareciam carecer de vinculação com um tema à primeira vista incapaz de motivar ultrapassagem do nível das abordagens folclóricas. Contudo, as sucessivas contribuições da antropologia à história e à sociologia mudaram tal panorama e demonstraram que a festa é um lugar estratégico para o conhecimento de toda uma sociedade. Por outro lado, os cientistas sociais, vivendo em sociedades cada vez mais fragmentadas e conflituosas, olhavam com desconfiança para o que parecia essencialmente um instrumento de integração e coesão social. A percepção de que, na festa, integração e

coesão não significam forçosamente superação dos conflitos e segmentações, abriu novos horizontes.

Estas considerações não são gratuitas, pois explicam por que, depois do Modernismo, as políticas culturais não trataram o fenômeno como dotado de potencial merecedor de interesse – potencial que, no entanto, logo a indústria do turismo percebeu e explorou, ao constatar sua crescente vitalidade.

O historiador francês Michel Vovelle (*Ideologias e mentalidades*. São Paulo, Brasiliense, 1978), quando fala da “festa redescoberta”, trata-a como “maravilhoso campo de observação” de atitudes e comportamentos coletivos, reflexos inconscientes das sensibilidades e expressões do imaginário, das ideologias e identidades. “Com efeito, as festas são eventos especiais criados por toda uma comunidade de forma simbólica e ativa, para exibir a vida essencial dessa comunidade – de um só golpe destilação e tipificação de sua existência coletiva”. Estas são as expressões da antropóloga Edith Turner (*Feasts and Festivals*, in: David Levinson & Melvin Ember, eds., *Encyclopedia of Cultural Anthropology*. New York, Holt, 1996, v.2: p. 484); ela vai além com uma metáfora sugestiva, ao identificar na festa um ato primordial de reflexividade, pelo qual a sociedade projeta para fora um braço por assim dizer dotado de um olho e se contempla a si própria.

B) A FESTA DO DIVINO / A FESTA DE PIRENÓPOLIS

Os especialistas acreditam que celebrações em honra do Divino Espírito Santo sejam de remota origem medieval. Em Portugal, teriam surgido no século XIII, instituídas por Dona Isabel, mulher de D. Diniz, em pagamento de promessa atendida. É plausível que elas tenham chegado a nossas terras nos primórdios da colonização, embora a atestação mais antiga se encontre na Bahia, 1765, pela intermediação de açorianos. A difusão do culto ao Espírito Santo e respectiva festa pelo território colonial foi muito rápida e extensa e, além disso, com notável manutenção de elementos comuns e muita repercussão. No Rio de Janeiro, até meados do século XIX, nenhuma festa a superava em importância e brilho. Presença significativa ela também teve (e ainda em muitos casos continua a ter) em São Paulo, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Minas Gerais, Pará, Amapá, Rondônia, Piauí, Maranhão, Tocantins, Mato Grosso e Goiás – tendo chegado ao Centro-Oeste quando já se espalhara por todo o país.

Cumprir notar que tal presença e seu peso vem suscitando uma leva de bons trabalhos de documentação e pesquisa (focados na festa ou indiretamente iluminando aspectos centrais), merecendo citação, entre outros, os nomes de Rita Amaral, Léa Freitas Perez, Carlos Rodrigues Brandão, Martha Abreu, Beatriz Ricardina de Magalhães, Ana Cláudia Lima e Alves, Maria Cristina Bohn Martins, Maria Isaura Pereira de Queiroz, Roberto da Matta, Mary Del Priore.

Pirenópolis se localiza numa das três zonas povoadas durante o século XVIII, que tiveram seu período áureo na segunda metade desse mesmo século) graças ao garimpo de aluvião. Fundada como Arraial de Minas de Nossa Senhora do Rosário de Meia Ponte em 7 de outubro de 1727, teve seu nome mudado para o atual em 1890. Hoje, cidade com cerca de 20.000 habitantes, conta com um perímetro urbano já configurado em 1750 e tombado pelo IPHAN em 1990, como conjunto arquitetônico, urbanístico e paisagístico. Conta, ainda, com áreas naturais protegidas. Da exploração de quartzito a cidade retira 60% de sua renda; do restante, uma boa parte de deve à movimentação econômica de toda ordem produzida pelo renome e interesse despertado pela celebração do Divino Espírito Santo. Movimentação que, a rigor, processa-se ao longo do ano inteiro, embora seus momentos de

condensação se situem no Domingo de Pentecostes (prolongando-se nos dois dias imediatamente seguintes) e no período anterior, dos 50 dias depois da Páscoa.

É possível que a Festa do Divino tenha sido adotada no arraial de Meia Ponte desde seus primórdios, mas o primeiro registro disponível data de 1819.

A pesquisa coordenada por Marina A.M.de Macedo Soares produziu uma descrição bastante minuciosa das celebrações, identificando as diversas unidades, os agentes e suas ações, os espaços e temporalidades, os cenários e a cultura material, os recursos, comportamentos, transformações, etc. Para fins de minha análise e para caracterizar a festa nos seus componentes essenciais, ao invés de seguir passo a passo seu desenvolvimento por unidades, preferi reproduzir a síntese que consta do *Dossiê Descritivo* (fls. 30 e 31):

“A festa é composta por um grande número de eventos e celebrações. As folias da Roça, da Rua e do Padre, que ‘giram’ os bairros da cidade e a zona rural do município, recolhendo donativos para a festa. As celebrações do Império, com os cortejos do Imperador, jantares, novena, missas cantadas, alvoradas, levantamento do mastro e queima de fogos. As Cavalhadas, encenação de batalhas medievais entre mouros e cristãos. Os mascarados que, a pé ou a cavalo, circulam irreverentes pelas ruas e no Campo das Cavalhadas. A encenação de dramas e operetas e do auto ‘As Pastorinhas’, além de ranchões, bailões sertanejos e outras formas de expressão associadas à festa. O Reinado de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos e o Juizado de São Benedito (deslocados de suas datas originais, outubro e abril respectivamente), antigas *festas de pretos*, com seus congos e congadas e suas tradicionais distribuições de doces. A Cavalhadinha complementa a festa: realizada essencialmente por crianças, é a reprodução-mirim dos festejos...”

À primeira vista, a complexidade da festa parece expressar mera multiplicação e superposição de elementos, sem que se possa distinguir claramente algum eixo de ordenação. Valeria a pena, portanto, situar tais componentes em relação a categorias que se costuma apontar como definidoras da festa tratada na sua dimensão de fenômeno sociocultural.

Antes de mais nada duas categorias simbioticamente presentes são seminais aqui: o jogo e o rito.

Começemos pelo *jogo*. A conceituação de Johan Huizinga continua luminosa: "O jogo é uma atividade ou ocupação voluntária, exercida dentro de certos e determinados limites de tempo e de espaço, segundo regras livremente consentidas, mas absolutamente obrigatórias, dotado de um fim em si mesmo, acompanhado de um sentimento de tensão e de alegria e de uma consciência de ser diferente da 'vida cotidiana'." (*Homo ludens*: o jogo como elemento da cultura. São Paulo, Perspectiva, 1996: p. 33). O jogo, portanto, institui "um outro caminho" – do latim "di-vertō", participio passado "diversus", é o que quer dizer o termo "diversão": significa mudança de direção, busca de um atalho *diverso* da estrada rotineira. Isto abre espaço para as brincadeiras, para as competições, mas também para as transgressões e os excessos. O objetivo intrínseco do jogo é o próprio jogo: as folias do Divino, por exemplo, se destinam a coletar recursos para a própria festa, mas se realizam como parte dela mesma – e em meio a situações prazerosas. Comida e bebida compõem com abundância nos jantares, almoços, farofadas, mesas de doces, bebidas, em vários momentos – há quem fale em desperdício, mas na verdade se trata de contraponto à frugalidade do cotidiano. Contraponto patrocinado por recursos comunitários ou, quando bancado pelo Imperador, pela troca de patrimônio por prestígio. Ou então, como uma responsabilidade coletiva em relação às centenas de pessoas que por 30 ou 40 dias precisam renunciar às atividades com que normalmente se sustentam. Tirando as brincadeiras e deboches dos mascarados, que se metamorfoseiam em onças, bois, capetas,

caveiras ou monstros, as regras sempre se fazem valer nas demais circunstâncias e são sempre respeitadas, pois decorrem de consenso entre os interessados, e não de uma autoridade externa. Não se pode deixar de observar que os mecanismos de inversão (de papéis, comportamentos), tão presentes em certas festas populares como o carnaval, não deixaram traços relevantes no núcleo mais remoto da festa do Divino (em torno do Imperador), autorizando a suposição de uma origem clerical e dinástica.

Para que a flexibilidade do jogo não provoque dispersão e garanta permanência, o *rito* fornece os elementos formais de controle e as prescrições dos modos de fazer. As cavalhadas, por exemplo, requerem disciplina corporal e ensaios extenuantes, porque os combates a cavalo obedecem a coreografias precisas e minuciosas. As folias, ao se aproximarem dos pousos, precisam evoluir em “S” e tem que chegar atravessando o arco de entrada, todo decorado; o petitório, a seguir, deve cumprir uma etiqueta bem definida. As coroações, o levantamento do mastro, os diversos cortejos, as esmoladas, as missas cantadas, etc., também vão nesse rumo. O rito, principalmente na festa barroca como a nossa, assegura a visibilidade que o torna eficaz: ele estabelece, assim, uma mediação estética, que exige uma pletora de objetos e atributos funcionais ou simbólicos para singularizar a festa e suas unidades e contingências: cores, vestes e adereços, insígnias e brasões, bandeiras (a do Divino, com a pombinha branca é a mais vistosa), as coroas, o cetro, armaduras, capas bordadas, elmos, arreios das montarias, flores de papel, as asas dos anjos das procissões, o palanque, o “quadrado”, o andor e por aí vai. Foguetórios, músicas (inclusive o Hino do Divino, composto em 1899) e o repicar de sinos e sons de todo tipo juntam-se ao cheiro dos alimentos e da pólvora, para alimentar uma memória sinestésica. O papel das corporações musicais e, principalmente, da Banda Phoenix (a mais antiga delas, criada em 1893), é vital. A cidade inteira (e muitos espaços rurais) também se tornam mais visíveis, com adornos nas ruas, praças e nas fachadas, assim como no interior das casas dos principais atores e nas igrejas. A relevância do rito obriga a conhecer os códigos que se espalham por toda parte: se as folias encontrarem no arco decorado dos pousos uma xícara, devem saber que não poderão prosseguir antes de localizar o presente que ela indica. (A xícara, aliás, é depois utilizada no ritual da “dança do chá”). O rito é importante mesmo quando os significados originais se perderam: as cavalhadas seguem o roteiro previsto, ainda que se tenham transformado numa exibição de destreza e virilidade, e não mais legitimação da “imposição da fé pela espada” (fórmula, aliás, mencionada pelos cavaleiros); o que importa agora, porém é a heroificação dos combates entre cristãos e mouros, ainda que culminem com a conversão compulsória destes últimos. Outro caso sintomático da tendência ritual conservadora: há rezas em latim, nas novenas, que permitem supor uma reificação do rito, reduzido a essencialmente a forma sonora, cujos significados podem ser dispensados por escaparem talvez à totalidade dos orantes.

A necessidade de conhecer (e respeitar) os ritos tem a ver com uma outra categoria que define a festa: a *agregação*, o estar-junto, que faz dela um potenciador de energias coletivas, em “estado de efervescência” (como dizia Durkheim), canalizando-as para ações coletivas. Ações em que o protagonismo não é mais da Igreja, nem do poder civil, nem de outras esferas de poder, mas do povo comum sem distinções – embora as tensões políticas, religiosas, econômicas e outras possam atuar nos bastidores. O estar-junto não elimina as diferenças, mas não impede o agir-junto. Já se propôs (Carlos R. Brandão) uma dicotomia, em que o Reinado de Nossa Senhora do Rosário (na origem, “festa dos pretos”) constituiria a celebração dos escravos e, a seguir, de brancos pobres, opondo-se à festa dos ricos, da “corte imperial”. Todavia, a homogeneização hoje é completa. As diversas funções e encargos estão subordinados a rígidas hierarquias (as diversas categorias de mordomo, mordomo da novena, das velas, da bandeira, do mastro, da fogueira; nas folias, os alferes, embaixadores, regentes, procuradores, salveiros) – mas sem conotação de classe ou patrimônio. A própria disponibilidade de recursos, de que o Imperador é responsável, não constitui obstáculo para aqueles de condição mais modesta. As diferenciações principais,

porém (sobretudo nas candidaturas), é determinada pelas relações das famílias nos seus compromissos tradicionais com a festa. Por outro lado, há outros conflitos manifestos. Os mais importantes no presente são entre festeiros e a Igreja, motivando, por exemplo, o aparecimento da Folia do Padre, que arrecada recursos que não passam pela contabilidade do Imperador; além disso, a Igreja gostaria de ter meios de coibir “excessos” e “grosserias” nas celebrações e, mais ainda, a oportunidade de interferir na escolha (por sorteio) do Imperador do Divino, exigindo que seja sempre “católico de vida exemplar”. Também se tem manifestado conflitos de gênero: numa celebração por excelência masculina, as mulheres vem procurando infiltrar-se (p.ex., entre os mascarados, desde 1970, e em outros eventos, como em 2008, até no terço dos cavaleiros! – não sem provocar contrariedade e escândalo nos homens).

A festa é, também, uma plataforma do *imaginário* e na do Divino as oportunidades são múltiplas, a começar pela construção de uma ordem social imaginária, que dispensa a presença da Igreja e da autoridade civil, e reitera os arquétipos monárquicos de nossa formação social, com o Imperador do Divino e sua corte, ou com os componentes do Reinado de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos e o Juizado de São Benedito. O imaginário se realiza, também, nos “dramas” e operetas, nos autos (Pastorinhas), representados desde 1837.

A festa é ainda vetor de *comunicações materiais e simbólicas*. Por intermédio dela se reforçam laços de vizinhança, de parentesco ou compadrio, e se estabelecem redes de redistribuição de recursos, de apoio mútuo e solidariedade. A hospitalidade se erige como obrigação, virtude e prazer. Não se pode esquecer de incluir nas comunicações, os objetivos de enculturação das novas gerações com as cavalhadinhas, o imperadorzinho, os mascaradinhos etc.etc., festa-mirim incorporada em 1989. Da mesma forma deve ser considerada a participação de crianças e adolescentes, como em certos cortejos, manifestações teatrais ou musicais.

Finalmente, a festa é também um *espaço de misturas*, hibridações – e mediações. Antes de mais nada, de sagrado e de profano. Nada de estranho, pois o sagrado é a marca absoluta da alteridade na quebra do cotidiano, da rotina – quebra que também distingue a festa. Orações, benditos, louvados, terços, novenas e missas cantadas se combinam com rituais de “petitório” ou as alvoradas e catiras, forrós, ranchões, bailões sertanejos, jogos de argolinha... A coroa do Imperador fica exposta à visitação -- no altar montado na casa do Imperador. Privado e público não são mais categorias excludentes. A casa do Imperador, as casas urbanas e as de fazendas e chácaras visitadas no “giro” das folias, assim como as igrejas, as ruas, as praças se transfiguram em espaços de festa. A exceção é o único espaço especializado: o campo da cavalhada que, por ter suas arquibancadas e camarotes muito acima da arena, transforma os participantes em espectadores. De notar, igualmente, a transformação ou incorporação de componentes ao longo do tempo: as cavalhadas foram revitalizadas a partir de 1960; as folias da roça têm 140 anos, as folias de rua, 50 e as folias do padre são recentes. O Reinado (ou “Festa dos Pretos”) desenvolvido por irmandades de negros, escravos e forros se incorporou há mais de um século e hoje desenvolveu trânsito livre entre personagens do Divino e os seus. Em suma, a festa é um poderoso mecanismo de interação, diálogo, comunicação, em que as singularidades se mantêm em fecunda e permanente interlocução.

D) PREMISSAS / MÉRITO

A Festa do Divino em Pirenópolis é parte de um amplo sistema de celebrações populares que tem merecido atenção especial da Câmara do Patrimônio Imaterial – inclusive pelo

número de propostas de registro recebidas – e motivado ações de documentação e estudo. Mais precisamente, a Festa de Pirenópolis é modalidade de uma celebração que, como se viu, ocorre há muito tempo em amplas áreas do território nacional. Por isso mesmo, estão em debate na Câmara – além, é claro, dos requisitos exigidos pela Resolução 001/2006 -- critérios de amostragem ou representação, de prioridades e de hierarquias, etc., para selecionar candidatos ao registro.

No entanto, independentemente de eventuais extensões ou inclusões futuras, a proposta de Pirenópolis, pela sua consistência, amplitude e irradiação, pode ser examinada à parte. Aliás, até o presente, uma única celebração foi registrada como patrimônio cultural brasileiro, o Círio de Nazaré, em Belém, em 2004, que também se fazia notar pela manifesta relevância, dispensando o apoio de um quadro de referência que permitisse situá-lo dentro de escalas de interesse.

Com efeito, as informações e análises acima expostas permitem fundamentar essa proposta. Podemos resumir tais fundamentos em apenas quatro tópicos:

i) Para o art. 216 da Constituição Federal de 1988 um bem integra o patrimônio cultural brasileiro – sem necessidade, para tanto, aliás, da homologação pelo poder público – quando representa referência de memória, ação e identidade coletivas. A mobilização de uma cidade inteira (incluindo sua área rural e comunidades vizinhas), com líderes civis e religiosos, associações e entidades de todo tipo, a população em geral e em particular os responsáveis pela festa, seus patrocinadores e colaboradores, etc.etc — tal mobilização é de altíssima escala. Embora haja alguns bolsões de espetacularização, os participantes externos não são meros espectadores, mas sujeitos ativos e afetivamente envolvidos. Apesar dos momentos de maior e menor intensidade, a mobilização é permanente, pois a preparação da festa seguinte começa apenas se encerra a edição do ano. Os 64 dias que vão da Páscoa a Pentecostes (incluindo a 2^a.e 3^a.feiras imediatas), estendendo-se até *Corpus Christi*, são inteiramente dominados pelo Divino (ensaios, organização, rituais específicos).

ii) A Festa do Divino em Pirenópolis, constitui um verdadeiro sistema complexo, que articula elementos religiosos e profanos, cria ou recicla sentidos, valores, expectativas, aspirações e os faz circular intensamente. Intervém na, produção, na organização do trabalho, na economia, no imaginário e assim por diante. Intervém profundamente nas relações intersubjetivas (encargos, hierarquias, vizinhança, família, etc.). Cria ou reforça redes de ações e trocas de serviço. “Pode-se dizer que é sobre estas trocas simbólicas de modos de participação que se constitui, na prática, a Festa do Divino. Ela instaura uma transformação não apenas na vida da sociedade local, como também na vida pessoal dos participantes, como de resto acontece com todas as festas, mas especialmente com as festas devocionais (Rita Amaral, *Festa à brasileira*.São Paulo, Departamento de Antropologia / USP, 1998: p.203 / tese de doutorado).

iii) A Festa conta com antigüidade respeitável – quase 200 anos e talvez mais – o que significa consistência que passou pelo teste do tempo, isto é, demonstra solidez capaz de assegurar identidade na mudança. Há razão para crer que a Festa existe desde os primeiros tempos do arraial primitivo (1727). De notar a preocupação dos festeiros com manter registros, como a Lista dos Imperadores do Divino e outros documentos, a começar pelos programas anuais e cartazes. A “consciência da tradição” é uma referência frequentemente lembrada. Enfim, não se pode esquecer que as “cavalhadinhas” são uma forma de garantir a reprodução das celebrações no futuro.

iv) Há uma forte e evidente singularidade local que dá a personalidade própria à Festa do Divino de Pirenópolis e fomenta as demandas de identidade e pertencimento e justifica, por acréscimo, sua irradiação regional. Mais que isso, a ressonância da festa diz respeito a uma multiplicidade de interesses que se estende muito além dos horizontes regionais e atrai a



atenção dos múltiplos segmentos que compõem nossa sociedade. Onde o foco de atração? Sem dúvida, contam, e muito, as ofertas de beleza, assim como as ofertas lúdicas e gastronômicas. Acredito, porém que essa raiz deva ser mais profunda e se localize na oportunidade rara de uma experiência de vida representada pelo agir-junto e pela “efervescência da ação”. Em outras palavras, trata-se da oportunidade de viver, numa sociedade complexa e desarticulada como a nossa, uma experiência de totalização da vida social: uma cidade inteira – seus habitantes, seu espaço físico, sua energia e capacidade de ação – tudo convergentemente mobilizado numa celebração multiforme.

E) OBJETO DO REGISTRO

Dada a complexidade da Festa do Divino de Pirenópolis impõe-se explicitar os componentes do objeto cujo registro está sendo proposto.

Tomando como ponto de partida as propostas do *Dossiê Descritivo* e do Parecer de Ana Cláudia Lima e Alves (fls.166-167), componho a seguinte lista de atributos:

- i) As folias da roça e as da rua, rituais “petitórios” que percorrem com a bandeira do Divino, a pé e a cavalo, o território urbano e rural;
- ii) As cerimônias do Império do Divino, com os rituais da coroa, alvoradas, cortejos do Imperador, novenas, terços, jantares, cafés, missas cantadas, levantamento do mastro, queima de fogos, jogos, distribuição de “verônicas” e doces, sorteios e coroação do novo Imperador;
- iii) As cerimônias das cavalhadas;
- iv) As estripulias dos mascarados que circulam em bandos, a pé ou a cavalo pela cidade e no Campo das Cavalhadas;
- v) As manifestações musicais, o Hino do Divino, a Banda de Música Phoenix, o Coral de Nossa Senhora do Rosário, as Bandas de Couro ou Zabumba, e a Banda do Reinado;
- vi) As celebrações das antigas “festas de pretos”, incorporadas como Reinado de Nossa Senhora do Rosário e de São Benedito;
- vii) A encenação de dramas e operetas, do auto natalino das Pastorinhas, assim como os ranchões, os bailões e similares;
- viii) As “cavalhadinhas” (“imperadorzinhos”, “mascaradinhos”).

F) SALVAGUARDAS

A curto prazo, a Festa do Divino em Pirenópolis está com sua cadeia de transmissão garantida e não corre riscos de extinção, como afirmam o *Dossiê Descritivo* (fls. 115-120) e o Parecer Técnico de Ana Cláudia Lima e Alves, que retomo aqui no essencial, com algumas alterações. De passagem, cumpre lembrar que as autoridades municipais têm desenvolvido políticas públicas de preservação do núcleo tombado, comportando investimentos na restauração de edifícios históricos e na preservação do meio-ambiente.

No entanto, durante a pesquisa foram observados alguns conflitos pontuais, quase sempre constitutivos da festa, mas cujas soluções são continuamente negociadas no âmbito da própria festa. Infelizmente, tais conflitos me parecem sintomas de riscos maiores, a longo prazo. Entre estes foram apontados no *Dossiê* e no mencionado Parecer Técnico, as tentativas de manipulação do sorteio do Imperador, por parte da Igreja, que desejaria

preservar a dimensão religiosa do evento; a escala de massa que vem adquirindo a Folia da Roça, com impactos negativos sobre a estrutura física dos pousos e sobre a expressão cultural e a devoção religiosa; as crescentes dificuldades de acesso dos mascarados e dos cavaleiros ao público das cavalhadas, causadas pelo projeto do novo campo, popularmente denominado *cavalcódromo*; a *espetacularização* das cavalhadas e o impacto negativo da utilização da Festa como atrativo turístico de massa.

Se reconhecida a Festa do Divino Espírito Santo como um patrimônio cultural brasileiro, por meio do seu registro no Livro das Celebrações, as medidas de salvaguarda, de curto, médio e longo prazos seriam as seguintes:

- fomentar nas iniciativas públicas e empresariais de Pirenópolis o compromisso

permanente com o respeito à cultura local e com a garantia dos espaços de expressão da Festa do Divino;

- realizar a documentação dos repertórios musicais das Folias - benditos, cantorias, repentes e catiras; dos rituais religiosos do Império, especialmente da Orquestra e do Coral de Nossa Senhora do Rosário e da Banda Phoenix;

- estudar e documentar os ofícios e modos de fazer aplicados na preparação de personagens e atividades da festa, considerando a história de envolvimento familiar que dá forma à produção destes saberes: fundição de armas e acessórios para cavalos e cavaleiros; preparação da pólvora e dos tiros de toco; levantamento do mastro do Divino; confecção de flores, máscaras, bordados, bandeiras e adereços, entre outras habilidades e expressões;

- estudar e descrever a história das Irmandades de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos e de São Benedito de Pirenópolis, que remontam ao período da mineração e há muito tempo desapareceram;

- estudar e descrever a história da Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, demolida na década de 1940 e cujo local é hoje considerado "Território Afro-Brasileiro" pela Fundação Cultural Palmares;

- estudar a história da Banda de Couro, a Zabumba, a primeira banda da cidade, e recuperar alguns toques de percussão que não são mais executados;

- publicar glossário da Festa do Divino Espírito Santo de Pirenópolis, com base na descrição dos Bens Culturais no INRC, para ser distribuído às escolas, bibliotecas e centros de atendimento ao turista;

- realizar exposições das fotografias e exibir os vídeos produzidos para a instrução do processo de Registro, como forma de devolução, à população, do conhecimento produzido durante a pesquisa;

- criar mecanismos de consulta à população, para que esta se manifeste a respeito dos modos de proteção e manutenção da festa que considerem adequados, orientando e fortalecendo a construção de políticas de proteção e medidas de salvaguarda;

- regular as atividades turísticas no município de modo a promover o turismo cultural e o respeito à natureza e significados da festa;

- implantar uma Escola Superior ou Conservatório de Música, para fortalecer a vocação musical da cidade e apoiar os talentos locais;

- lutar, junto às autoridades competentes e à sociedade local, pela implantação de políticas públicas de infra-estrutura, saúde e educação.



3. CONCLUSÃO

Por todo o exposto, convictamente sou de parecer que deva ser aceito o pedido de registro da Festa do Divino Espírito Santo em Pirenópolis, GO, no Livro das Celebrações, como patrimônio cultural brasileiro.

Rio de Janeiro, 15 de abril de 2010

ULPIANO T.BEZERRA DE MENESES

Conselheiro